



Anais da Assembleia

Nº 070

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 17 DE JUNHO DE 1991

ANO XVII

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA

ATA DA 58.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1991

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Aníbal Khury, secretariada pelo Senhor Deputado João Arruda e pela Senhora Emília Belinati.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, João Iensen, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (44). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Basílio Zanusso, Dirceu Manfrinato, Duílio Genari, Hermas Brandão, João Preis, José Afonso Júnior, Mário Bezerra e Nilton Barbosa (09). Achando-se em licença o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1436

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para o projeto de Decreto Legislativo nº 003/91 - Discussão Única - APROVADO na presente Sessão.

Sala das Sessões, em 17.06.91

(a) ADEMAR TRAIANO.

REQUERIMENTO Nº 1437

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de pesar pelo falecimento do General ALCIDES AMARAL BARCELLOS, ocorrido no último dia 11.

Sala das Sessões, 17.06.91

(a) GERALDO CARTÁRIO.

JUSTIFICATIVA:

Exerceu o cargo de Secretário do Trabalho e Assistência Social do Governo Bento Munhoz da Rocha Neto por indicação das classes trabalhistas, da época que dirigiam o autêntico Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, companheiro de Abilon de Souza Naves e Leo de Almeida Neves. Foi eleito em 03.10.50 primeiro Suplente de Deputado Federal, pelo partido dos trabalhadores brasileiros, à agremiação da qual fazia parte e militante dedicado, terminando por exercer o mandato nos últimos dois anos. Na gestão de Bento Munhoz da Rocha Neto, na frente do Ministério da Agricultura, Barcelos representa no Paraná, a corrente nacionalista do Exército Brasileiro, como o general Lott a nível nacional. No Paraná liderava as chapas para o Círculo Militar. Exerceu o comando do CPOR, ficando leal a João Goulart. Foi preso em navio, no Porto de Santos, anistiado e promovido a General. Sua primeira missão militar no Paraná, foi na Cidade de Castro, onde foi sepultado aos 83 anos de idade.

REQUERIMENTO Nº 1444

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, usando das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, faça constar nos Anais desta Casa, Voto de profundo Pesar pelo falecimento da Senhora Nair Araújo Murara, ocorrido na Municipalidade de IRATI.

Nascida no dia 4 de março de 1909 em Irati, testemunhou a fase áurea da erva-mate e da extração da madeira, conseqüências do desbravamento de uma vasta região, até então inóspita.

Casada com o Senhor Domingos Murara

Filho, compuseram uma das mais tradicionais famílias iratienses, que, com pioneirismo e espírito empreendedor, lançaram as primeiras bases de progresso dessa vertiginosa terra, com uma singular devoção enriquecida de exemplos que certamente o tempo, mais do que não esquecer, os cultivará às gerações futuras.

Não limitada às lides domésticas ou como costureira, Dona Nair sempre colaborou com inúmeros entidades filantrópicas, entre as quais a Casa da Amizade, a APAE e o Hospital Municipal de Irati, demonstrando carinho e sensibilidade sociais para com os seus semelhantes.

Desta forma, associamo-nos à família enlutada, pela perda irreparável, entristecidos particularmente os seus parentes e o vasto círculo de pessoas que possuía.

Sala das Sessões, em 17.06.91

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO Nº 1440

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo VOTOS DE CONGRATULAÇÕES ao PROGRAMA VOLVO DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO, pela conquista do PRÊMIO IPRA, no Canadá.

Sala das Sessões, em 17.06.91

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

O Programa Volvo de Segurança no Trânsito conquistou a premiação na categoria "Programas Institucionais" do "IPRA Golden Award of Excellence" pelo seu trabalho desenvolvido nos últimos quatro anos no Brasil, em prol da segurança no trânsito. O Programa Volvo concorreu com mais de 100 trabalhos de 23 países e a premiação ocorreu em Toronto, com a presença de mais de 1500 representantes de todo o mundo.

Desde que foi lançado em 1987, o Programa Volvo já realizou 20 simpósios em diferentes regiões do País, com a participação de 4200 pessoas, promoveu a edição anual de 4 prêmios Volvo de Segurança no Trânsito, com 1238 inscrições, 35 publicações e documentos, 250 informativos para a imprensa, mais de 200 conferências em outros congressos e seminários (sendo 2 delas no exterior: Portugal e Suécia), 03 vídeo documentários e 08 reuniões da Câmara Técnica. Além do Prêmio Mundial da IPRA de 1990, o Programa Volvo recebeu nacionalmente outras cinco premiações de distintas entidades. O Programa também acaba de lançar, num acordo com o SENAI-DN, um curso inédito de direção defensiva para motorista da caminhão.

Que do teor do presente seja dada ciência ao Presidente da Volvo e ao Coor-

Curitiba, segunda, em 17.06.91

denador do Programa Volvo de Segurança no Trânsito, P. Pedro Corrêa.

REQUERIMENTO Nº 1447

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo VOTOS DE CONGRATULAÇÕES à COOPERATIVA AGROPECUÁRIA BATAVO, por completar 50 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 17.06.91

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

Em 1911, teve início em Carambei um núcleo de colonização holandesa que, este ano, comemora 80 anos. Os pioneiros iniciaram um trabalho que teve sua base calcada na união e, em 1925, passaram a atuar cooperativamente, para, em 1941, com a decretação de legislação que dispunha sobre criação e funcionamento de cooperativas, oficializarem a fundação da Cooperativa Agropecuária Batavo Ltda, primeira cooperativa de produção do Brasil.

A Cooperativa cresceu preservando o meio ambiente e tendo por princípio a fixação do homem no campo, melhorando sua qualidade de vida.

Ao completar 50 anos, a Batavo obtém as maiores produtividades agrícolas do País, através da adoção de modernas tecnologias, bem como detém o melhor rebanho de gado leiteiro do Brasil, genética e produtivamente. Nas áreas de suinocultura e avicultura, graças ao sistema de integração obtém índices de crescimento e conversão comparáveis aos dos países mais desenvolvidos.

A Cooperativa Agropecuária Batavo é um exemplo cinquentenário de união e muito trabalho. Por isso, pela dedicação dos pioneiros e dos seus descendentes, tradução de amor ao Paraná, como sua terra, dos seus filhos, dos seus sonhos.

No Paraná, encontraram o solo gentil. Neles, encontramos o exemplo da determinação e disciplina espelhado na conquista, hoje, do jubileu da Batavo.

Que do teor do presente, seja dada ciência ao diretor presidente da Batavo, Dick Carlos de Geus (Av. dos Pioneiros, 2324 - Cep. 84.170 - Carambei/Castro - PR).

REQUERIMENTO Nº 1448

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo VOTOS DE CONGRATULAÇÕES à poetisa HELENA KOLODY, pelo lançamento do livro de poemas ONTEM AGORA.

Sala das Sessões, em 17.06.91

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

De suprema beleza e, ao mesmo tempo, simplicidade indizível, Helena Kolody construiu mais uma obra. Colecionando poemas inéditos, nos faz chegar ONTEM AGORA com uma delicada tessitura de palavras e expressões.

O livro se acrescenta aos tantos outros títulos da professora, da educadora, da mulher, da poetisa Helena... da Padroeira da Romaria da Poesia Paranaense, como muito propriamente chamou-lhe o também poeta Paulo Leminski.

Atenciosamente, em VIAGEM AO ESPELHO, havia proclamado:

"EM VÃO PERCORRO A CIDADE

COM MEUS CLAROS OLHOS DE ANTES.

SÃO AS MESMAS AS RUAS

MAS SÃO OUTROS OS PASSANTES."

Em ONTEM AGORA, da forma que lhe é peculiar, setencionou a reconciliação do passado e do presente. Do que foi e do que se anuncia... do que vivemos hoje e viveremos a cada dia:

"QUANDO SONHO, SOU OUTRA.

INAUGURO-ME."

Sou outra, 1990, Ontem Agora)

Aí está, nova com a novidade do novo dia, jovem - com a juventude do que, ainda há pouco, nasceu - e bela, da beleza surpreendente que escapou ao elogio fácil do escritor menor.

Que se escreva na Ata dos trabalhos da Assembléia Legislativa, o reconhecimento humilde ao talento da sempre jovem filha da Ucrânia, nossa emissária da esperança e da crença nos dias melhores, dona Helena Kolody.

Que do teor do presente seja dada ciência à Secretária Estadual da Cultura, à encarregada da editoração de ONTEM AGORA, Regina Benitez, e à homenageada.

REQUERIMENTO N° 1454

Senhor Presidente.

Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo VOTOS DE CONGRATULAÇÕES à professora REGINA MARIA MACEDO NERY FERRARI, chefe da Procuradoria Jurídica da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.06.91

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

Professora de Direito Constitucional e Chefe da Procuradoria Jurídica da Universidade Federal do Paraná, REGINA MACEDO NERY FERRARI, foi escolhida para representar o Brasil no Instituto Latino-Americano de Ombudsman e também foi eleita para a direção do Instituto Brasileiro de Direito

Constitucional.

As duas distinções estão perfeitamente justificadas pelos trabalhos de pesquisa desenvolvidas pela mestra em Direito da UFPR.

Reconhecida pelo brilho e inteligência inigualável, a ilustre Constitucionalista terá como uma de suas funções do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional a tarefa de organizar, junto com outros membros, o Congresso Brasileiro de Direito Constitucional, a ser realizado em Curitiba, ainda este ano.

Que se cumpra essa grande mulher, pelo destaque num meio tão elevado como o do Direito.

Que do presente seja dado conhecimento ao Reitor da UFPR e à homenageada.

REQUERIMENTO N° 1455

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Expediente Oficial de Congratulações à Direção da Empresa Rádio Cultura de Umuarama, pela passagem de seus 28 anos de fundação.

Do aprovado, Requer, comunicação aos diretores proprietários da referida emissora, Senhor Irineu Fernando de Oliveira e a Senhora Marcia Mori. (Rua H, n° 31 - Umuarama)

Sala das Sessões, em 17.06.81

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

Dia 16 de junho, a emissora de rádio AM, pioneira na região Noroeste do Paraná comemora seus 28 anos de sucesso.

Ao longo desses anos, acompanhou com persistência e dedicação o processo de desenvolvimento regional, atuando em defesa de todos os interesses que emanados do povo, chegaram a conquistas interessantes.

A Rádio Cultura que começou operando com 250 Watts de potência, hoje está com 5 mil Watts, com alcance em toda a região noroeste.

A frequência 1.420 virou mania, consolidou-se como uma das mais dinâmicas AM da região.

REQUERIMENTO N° 1450

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, o envio de ofício do Poder Legislativo do Estado do Tribunal de Contas, solicitando os relatórios de aplicação de recursos orçamentários ou não do Colégio Estadual do Paraná, referentes aos cinco últimos exercícios financeiros.

Sala das Sessões, em 17.06.91

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

Órgão de regime especial, o Colégio Estadual do Paraná é unidade orçamentária e, em razão disso, recebe anualmente, dotação no orçamento geral do Estado, diferentemente dos demais estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus.

No entanto, nos últimos dias, em função de "intervenção" da Secretaria da Educação, tal estabelecimento de ensino passou a ser notícia na imprensa, inclusive, com denúncias de irregularidades.

É para averiguação da veracidade ou não de tais afirmações que pedimos ao Tribunal de Contas o demonstrativo ou relatório de prestação de contas do Colégio Estadual, referente aos cinco últimos exercícios financeiros.

REQUERIMENTO Nº 1459

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Ministros MARCÍLIO MARQUES MOREIRA, da Economia, e JOÃO SANTANA, da Infra-Estrutura, solicitando seja reconsiderada a decisão que majorou, de forma diferenciada e altamente discriminatória, os preços do gás de cozinha, vendido em cilindros.

Requer, ainda, se dê ciência, da decisão desta Casa, ao presidente do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis-SECOVI, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17.06.91

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES.

JUSTIFICATIVA:

Continua causando perplexidade e indignação a recente medida adotada pelo Departamento Nacional de Combustíveis, que reajustou, de forma diferenciada, os preços do gás de cozinha. Com a decisão, o mesmo gás que é vendido a Cr\$ 88,87 o quilo, em botijão, passou a custar Cr\$ 162,25 quando em cilindro, sob o argumento de que, neste caso, se trata de gás industrial!

Medida inconseqüente e altamente discriminatória, causou, desde logo revolta entre os consumidores, injustamente penalizados, num momento em que o Governo exige compreensão e esforço, por parte de todos, para que se possa sair da crise econômica sem a exacerbação do processo inflacionário.

Tal reajuste, vale ressaltar, ocorreu sem nenhuma razão plausível, afetando, todavia, grande parte da população.

De fato, o consumo de gás de cilindro é grande, pois com ele se suprimam as necessidades de edifícios residenciais, além de hospitais e outros centros de grande vivência de pessoas.

Por aí se vê que milhares, senão mi-

Curitiba, segunda, em 17.06.91

lhões, de consumidores estão sendo prejudicados, sem nenhum motivo.

Afinal, o gás de cilindro não importa em maior consumo (se esse é o problema). Pelo contrário, quem o utiliza até contribui para uma economia maior, sob múltiplos aspectos, sobretudo pelo espaçamento mais elástico na distribuição e entrega. Sem falar na questão da segurança, uma vez que, pela diferença de preços, muita gente será forçada a levar botijões de gás para seus apartamentos, com riscos enormes para os edifícios.

Por outro lado, por seu caráter discriminatório e anti-social, a diferenciação de preços é claramente inconstitucional, fato que já levou entidades como o Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis-SECOVI, a recorrer à Justiça, visando coibir o abuso. E isso, porque, além do mais com a diferenciação de preços, já se calcula que os condomínios terão majorações de até 140% em suas despesas.

Assim, enquanto milhares de pessoas mantêm-se em posição de expectativa, aguardando uma decisão da Justiça, é tempo ainda de se fazer um apelo ao bom senso, no sentido de que se reconsidere a infeliz decisão, tornando-a sem efeito.

E é justamente nesse sentido que, esperando contar com a compreensão e a solidariedade dos Nobres Senhores Deputados, submetemos a esta Casa o presente requerimento, com o qual pretendemos fazer ver, às autoridades responsáveis, o equívoco da medida e os inegáveis prejuízos ocasionados à população por sua adoção.

REQUERIMENTO Nº 1430

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, expediente solicitando uma ambulância para prestar serviços junto ao Centro de Saúde de Goioerê, que encontra-se com carência de ambulância para locomoção de pacientes, principalmente àqueles mais carentes do Município.

Sala das Sessões, em 17.06.91.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO Nº 1431

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado

da Segurança Pública, expediente solicitando (02) viaturas para prestar serviços junto à Delegacia de Polícia do município de Goioerê e junto à 2.^a Cia/11.^o BPM, para que possam oferecer maior segurança à comunidade.

Sala das Sessões, em 17.06.91.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1432

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Prefeito Jaime Lerner, de Curitiba, Exmo. Senhor João Dal Prá, Prefeito de Colombo e ao Senhor Germinal Poca, Diretor do DSTC, solicitando:

1) Aumentar a linha de ônibus do Jardim Monza até o terminal do Guadalupe, com este itinerário: Vila Fátima, Alto da Cruz e Rio Verde e fazendo se possível o seguinte trajeto: entra no Depósito J.J. Camargo, vai até o Alto da Cruz pela Rua Tunísia e descer até a Rua Santa Ana sentido Rio Verde.

2) Que seja feita uma rigorosa fiscalização destes coletivos pois o estado de limpeza e conservação são precárias conforme denúncias recebidas por nós (abaixo-assinados anexo).

3) Limpeza e conservação dos terminais.

Sala das Sessões, em 17.06.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

Curitiba, 11 de junho de 1991.

Exmo. Sr.

Deputado Estadual

Dr. Rosinha

Vimos através desta pedir-lhe intervenção junto a Prefeitura de Colombo no sentido de aumentar mais uma linha de ônibus do Jardim Monza passando pela Vila Fátima, Alto da Cruz e Rio Verde até o Terminal Guadalupe, com trajeto seguinte: entrando ao lado do depósito J.J. Camargo, ir até o Alto da Cruz pela Rua Tunísia e descer até Rua Santa Ana, sentido Rio Verde.

Além dessa solicitação, gostaríamos que fosse chamada a atenção do Prefeito no sentido de que há superlotação dos ônibus, atrasando os horários, com dificuldades na subida devido o excesso de peso tendo que desviar para outras ruas. Também quanto ao estado de conservação e limpeza dos coletivos que atualmente é precário.

Solicitamos ainda para que o dito prefeito atente para a recuperação do Terminal Guarani, pois está com muita sujeira, e há muitas pessoas desocupadas no local gerando insegurança nos usuários, pois também não há policiamento, nem ilumina-

ção, facilitando o furto.

Desde já agradecemos a atenção dispensada.

REQUERIMENTO N° 1433

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado expediente ao Exmo. Senhor Secretário de Saúde, Dr. Mizar Pereira Almeida. Face ao exposto por inúmeras entidades ao solicitarem uma CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito - que foi instalada em 23 de maio de 1989, e concluindo pelo "encerramento puro e simples" da comissão solicito:

1 - O Tribunal de Contas da União aprovou as contas da Secretaria Estadual de Saúde no período de 87-89?

1.1 - Se não o fez solicito cópia de tais documentos.

2 Quantos veículos e qual a marca foram comprados com recursos do SUDS no mesmo período?

2.1 - Solicito cópia de documentação da licitação de compra (do edital ao empenho).

3 - Quantos aparelhos de Raios X foram comprados no período?

3.1 - Solicito cópia da licitação de compra.

3.2 - Solicito cópia do parecer do Colégio Paranaense de Radiologia, se é que existe?

4 - Quantos hospitais foram comprados pela Secretaria Estadual de Saúde no período 87-89, e qual o valor pago na época?

4.1 - Solicito cópia de documentação supracitada.

5 - Houve aplicação dos recursos "SUDS" fora da finalidade do convênio?

5.1 - Solicito cópia do convênio.

5.2 - Assim como no ponto 1.1 deste requerimento solicito cópia da prestação de contas.

Para facilitar a resposta do Senhor Secretário coloco em anexo cópia xerox das páginas 2 e 3 do documento de instalação da referida CPI.

II - HISTÓRICO: REPRESENTAÇÃO, CONSTITUIÇÃO DA C.P.I. E FINALIDADE

O Excelentíssimo Senhor Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, na qualidade de membro da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado, recebeu denúncia ou representação de irregularidades na implantação do "SUDS" no Paraná e na aplicação de recursos provenientes desse convênio, formulada pelas seguintes entidades:

01 - Associação dos Médicos do Estado do Paraná;

02 - Sindicato dos Médicos do Estado do Paraná;

03 - Associação Paranaense dos Farma-

cênticos;

04 - Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Paraná;

05 - Associação dos Servidores da Fundação Caetano Munhoz da Rocha;

06 - Centro Brasileiro de Estudos de Saúde;

07 - Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Saúde e Previdência Social no Paraná;

08 - Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais dos Serviços de Saúde e Previdência Social do Estado do Paraná;

09 - Central Única dos Trabalhadores;

10 - Fórum Paranaense de Trabalhadores em Empresas e Serviços Públicos e,

11 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Refino, Destilaria, Exploração e Produção de Petróleo nos Estados do Paraná e Santa Catarina.

Referidas entidades formularam as seguintes acusações:

a) Não aprovação de nenhuma prestação de contas efetuadas pela SESA/PR junto ao INAMPS e Tribunal de Contas da União;

b) Compra de veículos com recursos do SUDS sem processo de licitação pública;

c) Compra de 100 (cem) aparelhos de raios X de 30 (trinta) mil ampères, cuja utilização teve parecer contrário do Colégio Paranaense de Radiologia;

d) Compra do hospital com valor superdimensionado;

e) Aplicação dos recursos "SUDS" em despesas fora da finalidade do convênio com pagamento de horários advocatícios, operação-verão e dotação para terceiros (bóias frias de Quatiguá);

f) Declarações desencontradas feitas pelo Secretário da Saúde, Dr. Delcíno Tavares da Silva, quando do atraso do pagamento de serviços prestados na área de assistência médica, pela rede de prestadores de serviços contratados, conveniados e credenciados, que chocam-se com a "nota de esclarecimento" divulgada pelo Presidente do INAMPS José de Ribamar Pinto Serrão; e,

g) Não aplicação dos recursos repassados pelo INAMPS no primeiro trimestre de 1988, cujo montante é de CZ\$ 728.349.000,00, aplicado no mercado financeiro.

Face a denúncia, com fundamento nas disposições da Carta Magna e Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, requereu a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, a qual, foi regularmente instalada aos vinte e três dias do mês de maio do ano de mil, novecentos e oitenta e nove, através da 3.^a Sessão Legislativa da 11.^a Legislatura, oportunidade em que foram eleitos os Deputados Haroldo Rodrigues Ferreira e José Severino Silva Felinto, respectivamente para Presidente e Vice-Presidente e Depu-

Curitiba, segunda, em 17.06.91

tado Djalma de Almeida Cesar para Relator Geral.

Referida Comissão tem por finalidade apurar possíveis irregularidades no "SUDS" (Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde do Estado do Paraná, no prazo de 3 (três) meses.

Sala das Sessões, em 17.06.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Por ocasião da instalação e desdobramentos da Comissão Parlamentar de Inquérito ocorreram muitas controvérsias a respeito da legalidade de muitos atos da administração do então secretário Dr. Delcíno Tavares. Naquela oportunidade, como cidadão fui um dos convocados para depor em nome da Central Única dos Trabalhadores.

Os fatos até hoje não ficaram claros e os Deputados concluíram pelo "encerramento puro e simples" da Comissão Parlamentar de Inquérito. Visando a transparência de tal período administrativo é que solicito tais informações.

REQUERIMENTO Nº 1434

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, conforme o disposto no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente a direção, professores e estudantes do Colégio Estadual Ambrósio Bini da cidade de Almirante Tamandaré, cumprimentando-os pela manifestação, do dia 13 de junho, em defesa do meio ambiente.

Nos últimos anos, o que mais se tem feito é a destruição do planeta. E, é feito com um único objetivo: o lucro. Todos os que buscam somente enxergam uma coisa: dinheiro, e para tê-lo faz de tudo objeto rentável. Exploram o solo, água, o oxigênio e o homem. Destroem poluindo o solo, a água, o ar e matando o homem. Matam-no por doenças, fome e armas.

Temos que colocar um basta nisso, e os alunos do Colégio Estadual Ambrósio Bini contribuíram dizendo não a poluição. Sabemos que um dia só de manifestação é pouco e devemos continuar firmes lutando pela vida. Muitos são responsáveis pela destruição, principalmente os nossos governantes que nada ou pouco tem feito em defesa do meio ambiente e da vida. Para estes, nossos protestos e nosso convite: Venham defender a vida.

REQUER o envio deste requerimento ao Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, a Câmara Municipal daquela cidade e ao Colégio Ambrósio Bini.

Sala das Sessões, em 17.06.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 1435

Senhor Presidente.

O Parlamentar subscritor deste, no uso das prerrogativas que lhe confere o Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis, REQUER à Mesa, após anuência do Soberano Plenário, se digne officiar do inteiro teor do presente, ao Ilustríssimo Senhor José Henrique d'Amorim de Figueiredo, Mui Digníssimo Secretário Nacional de Transportes, órgão vinculado ao Ministério de Estado da Infra-estrutura, no sentido de envidar seus valorosos esforços, para o fim de determinar a construção da BR-101, no trecho entre o Município catarinense de Garuva e a BR-277, em Morretes/Paraná, se entender viável e importante para o desenvolvimento da Região Sul e do País como um todo, permitindo uma integração maior, entre o nosso Estado e o vizinho Estado de Santa Catarina, incrementando assim o setor de exploração e importação por intermédio do Porto de Paranaguá.

Requeiro o envio de cópias aos Chefes do Executivo e Legislativo dos Municípios de Paranaguá e Morretes e, ao Ilustre Alberto Dalla-Bona, Digno Comodoro do Iate Clube de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 17.06.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

Apoiamento: Heinz Herwig.

JUSTIFICATIVA:

Justificamos nossa reivindicação pelos motivos que a seguir arrolamos:

1. Evitará o verdadeiro absurdo que vem ocorrendo, pois os caminhões procedentes do Sul do País e que se destinam ao Porto de Paranaguá estão obrigados a subir a Serra do Mar, chegando aos limites de Curitiba, no Município de São José dos Pinhais, para depois seguirem por um trecho urbano sanjoseense, cuja extensão alcança a cinco quilômetros, chegando à BR-277 (estrada Curitiba/Paranaguá), para em seguida rumar para o Porto;

2. O "corte direto" de Garuva à BR-277, saindo em Morretes evitará o imenso tráfego de subida e descida da Serra do Mar, deixando de usar as estradas Curitiba/Joinville e Curitiba/Paranaguá, hoje com intenso movimento;

3. A redução do movimento de veículos, nessas duas rodovias federais que atualmente são utilizadas, implicará em grandes vantagens econômicas para o Governo Federal, principalmente no que se refere à manutenção das mesmas;

4. Os fretes cobrados serão bem menores, porque as viagens serão realizadas em tempo e percurso reduzidos;

5. Com a conseqüente diminuição do movimento de caminhões na Serra do Mar - estradas Joinville-Curitiba e Curitiba-Paranaguá, as condições de tráfego para carros de passageiros serão melhores, diminuindo os acidentes naquele trecho nacionalmente conhecido como "CORREDOR DA MORTE";

6. Em casos de possíveis deslizamentos nessas estradas mencionadas, a projetada Garuva/BR-277, representará solução imediata para o problema;

7. O Município de São José dos Pinhais ficará livre do movimento de pesados caminhões em seu perímetro urbano, já que os problemas que se acumulam nesse trecho estão, inclusive, fazendo com que a população local leve ao conhecimento das autoridades municipais a sua insatisfação;

8. Economicamente, a estrada GARUVA/BR-277 estimulará a produção agrícola na Região de Cubatão, Zona Rural no Município de Guaratuba, onde os produtos apodrecem na própria lavoura pela falta de possibilidade do escoamento da safra, notadamente em épocas de chuva;

9. Para os que têm em Guaratuba (o Município é sede de Comarca), como ponto para negócios, assuntos profissionais e, mesmo para o turismo, o novo trecho resolverá, em definitivo, a dificuldade de acesso ao Município, ficando o ferry-boat ali existente como mais uma alternativa de lazer.

É o requerimento.

REQUERIMENTO N° 1439

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado à Companhia de Saneamento, SANEPAR, solicitando a instalação de rede de abastecimento de água no bairro Vila Maria do Rosário, no Município de Colombo, neste Estado.

Sala das Sessões, em 17.06.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Inúmeras são as famílias residentes na localidade em questão, que estão enfrentando seriíssimas dificuldades para utilização de água. Esses moradores são obrigados, diariamente, a transportar vasilhas contendo água, a fim de satisfazer às mínimas condições de asseio, higiene e alimentação.

Consideremos, então, o elevado número de crianças naquele local, expostas a moléstias sérias pelas delicadas condições de higiene.

É, portanto, uma reivindicação legítima que a SANEPAR, após verificação prévia, certamente atenderá.

Que do teor do presente seja dada ciência à Prefeitura e Câmara Municipal de Colombo e ao Senhor Dalaor Ribeiro (R:Bocha Pombo, 48 - Atuba - Colombo/PR

REQUERIMENTO N° 1443

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive,

usando das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação e ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, o respaldo financeiro para a construção de um ginásio de esportes no Colégio Estadual São Vicente de Paulo, localizado na Municipalidade de IRATI.

Possuindo atualmente mais de 1400 alunos, o mencionado estabelecimento de ensino é um dos principais pioneiros na área de educação em todo o Paraná, cuja tradição se mantém viva e a oferecer o saber a inúmeras gerações. Objetivando melhorar as condições do seu funcionamento, particularmente no setor da Educação Física, é fundamental a construção de um ginásio de esportes, destinado a também os eventos cívicos, culturais e recreativos.

Que essa Pasta e Fundação, deem o respaldo técnico-financeiro que se fizer necessário, concretizando uma antiga e justa aspiração.

Sala das Sessões, em 17.06.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1445

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação e ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, com a finalidade da cessão de um mimeógrafo à tinta ao Núcleo Avançado de Estudos Supletivos de Irati.

De iniciativa da Ilustre Diretora, a Senhora Laura G. Gralak, o mencionado Núcleo conta atualmente com mais de noventa alunos em toda aquela Microrregião.

A fim de que o apoio administrativo e o respaldo didático seja melhores aproveitados, é vital o envio do aludido equipamento.

Com base no exposto, fica-se na expectativa da imediata concretização da presente proposta.

Sala das Sessões, em 17.06.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1451

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente do Poder Legislativo à Secretaria de Estado da Educação, solicitando reparos e melhorias na Escola Estadual Santa Cruz - Ensino de 1º Grau- nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17.06.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Localizada em prédio alugado da Igreja Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, a Escola Estadual Santa Cruz presta um grande serviço à população escolar da região em que está instalada, nesta cidade de Curitiba.

Lamentavelmente, alguns problemas têm se colocado como verdadeiros obstáculos à melhoria desse trabalho.

É o caso dos banheiros da escola, que necessitam de urgente reforma, pois as atuais instalações já comprometem, inclusive, as condições de higiene das crianças.

É necessário construir um alambrado que impeça que as bolas utilizadas na prática de educação física "voem" para as casas vizinhas, não apenas causando transtornos à população, como também gerando "déficit" no material esportivo do estabelecimento.

Por fim, reivindicam, há muito tempo, os senhores professores, funcionários, escolares e comunidade, a instalação de um telefone que atenda não apenas a escola, como também ao posto de saúde que funciona no mesmo local.

Conhecedores da preocupação do Secretário da Educação em melhorar, progressivamente, a atuação da escola pública, confiamos nas suas providências para melhorarmos também a Escola Estadual Sta. Cruz.

Que do teor do presente seja dada ciência à Direção e à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Santa Rosa, nesta Capital.

REQUERIMENTO Nº 1456

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente oficial ao Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, Mui Digno Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a ampliação de mais salas de aula, e demais dependências, no Colégio Estadual Bento Mossurunga, localizado no Município de Umuarama.

Do aprovado, Requer ainda, comunicação ao Senhor Alexandre Ceranto, Prefeito Municipal de Umuarama, e ao Senhor José Guilherme de Oliveira, Diretor do Estabelecimento.

Sala das Sessões, em 17.06.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O vertiginoso crescimento demográfico, populacional de Umuarama, Cidade pólo da região noroeste do Estado, tem sido fator de estudos e preocupação por parte do Governo Municipal e Estadual.

Isto porque é acelerado o surgimento de problemas sociais no Município princi-

palmente na periferia, onde multiplicam-se o aparecimento de núcleos residenciais, de novas e a maioria humildes casas e conjuntos habitacionais, quando não, favelas nas ribeiras das estradas.

Uma das conseqüências graves é, além da falta de moradia, o atendimento educacional das crianças dessas famílias, entre outras.

A rede escolar pública não comporta há muito tempo a demanda e o Colégio Estadual Bento Mossurunga não é exceção.

Hoje com 12 salas de aula, atendemos cerca de 1.400 alunos, necessita aumentar em mais de 50% o seu espaço (seis salas) e a construção e a cobertura de cancha poliesportiva.

Trata-se de atender as necessidades de ontem e não de hoje, dada a urgência do caso.

REQUERIMENTO N° 1457

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente oficial ao Senhor Elias Abrahão, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando a doação de um Mimeógrafo Eletrônico, Aparelho de Vídeo Cassete e um Televisor, para o Colégio Estadual Bento Mossurunga - Ensino de 1° e 2° Graus, município de Umuarama.

Do aprovado, Requer ainda, comunicação ao Senhor Prefeito Municipal de Umuarama, Alexandre Ceranto, e ao Diretor do Estabelecimento, Senhor José Guilherme de Oliveira.

Sala das Sessões, em 17.06.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Diretor do estabelecimento, Prof. José Guilherme, tem de forma reconhecida e elogiável, trabalhado em prol da melhoria de qualidade do corpo discente e docente, funcionários e a comunidade que utiliza o Colégio Estadual Bento Mossurunga.

Numa dessas empreitadas, buscou apoio do nosso excelente entrosamento com o Governo do Estado e reivindicou, o qual, repasso através deste requerimento, de um mimeógrafo eletrônico para o estabelecimento que conta com mais de 1.400 alunos, funcionando com todas as dependências totalmente superlotadas, com 1° grau de 1ª a 8ª séries e 2° grau com curso profissionalizante de técnico em contabilidade.

Tal aparelho é importante componente para a dinamização, modernização do ensino e para melhorar as técnicas administrativas-pedagógicas daquele estabelecimento.

Neste mesmo ângulo de preocupação também a direção reivindica a doação de aparelho de Televisão e um Vídeo-Cassete,

visto a escola ter sido roubada em episódio recente de idênticos aparelhos.

REQUERIMENTO N° 1458

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Elias Abrahão, visando estudos que viabilizem a criação de um Núcleo Regional de Educação no Município de Santo Antônio do Sudoeste (PR).

Sala das Sessões, em 17.06.91.

(a) ADEMAR TRAIANO.

JUSTIFICATIVA:

A finalidade do Requerimento que ora justificamos é a criação de um Núcleo Regional de Educação, no Município de Santo Antônio do Sudoeste-Pr.

Referido Núcleo Regional serviria os Municípios de fronteira - Capanema, Pérola D'Oeste, Barracão, Planalto, Pranchita, bem como Ampére, Realeza e Santa Izabel D'Oeste, que são áreas de influência da fronteira.

São as seguintes as razões que destacamos para justificar o pleito:

Considerando que a distância entre Santo Antônio do Sudoeste e Francisco Beltrão, Município sede do Núcleo Regional mais próximo, é de aproximadamente 100 KM.

Considerando a dificuldade presente na comunicação telefônica com o Núcleo Regional de Educação de Francisco Beltrão, a qual ficou quase impossível após a extinção das Inspetorias;

Considerando o porte econômico, populacional e estudantil de Santo Antônio do Sudoeste, exige-se, pois, maiores e melhores atenções;

Considerando a parte burocrática para o funcionamento das escolas, exigindo contínuo e constante contato com o Núcleo Regional de Educação;

Considerando que a clientela discente aumenta de ano para ano, exigindo mais salas de aula e estabelecimentos de ensino, requerendo maior demanda no corpo docente administrativo.

Assim sendo, pelas razões que acima enumeramos, estamos certos do apoio dos nobres colegas e da distinta atenção que o Senhor Secretário da Educação dispensará ao presente pleito.

REQUERIMENTO N° 1460

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, propondo a criação e instalação da Comarca de Rio Azul.

Emancipada política e administrativamente em 1914, Rio Azul, traz no bojo da sua ocupação, uma das mais ricas histórias de pioneirismo da Região Sul, notadamente do Paraná.

Destemidos, ativos e com uma imorredoura vontade de superar desafios, venceram as grandes adversidades na inhóspita terra. Dos seculares pinheirais, fizeram da atividade madeireira a sua base econômica, seguida, nos decênios subseqüentes, pela erva-mate.

Nos dias de hoje, impulsionada por uma moderna agricultura em que se destaca a soja, o milho, o feijão e o fumo; e também pela pecuária de corte e de leite, além de eqüinos e aves, Rio Azul possui uma população estimada em 12.500 habitantes.

Em que pese os inegáveis esforços e as incontáveis conquistas nesses 77 anos de história, algumas metas necessitam se concretizar, entre as quais à implantação da Comarca.

Distante a 18 quilômetros de Rebouças, são muitos os transtornos enfrentados para, diariamente percorrer tal trajeto, em face de tantos outros compromissos.

Ademais, especialmente a populações de menor poder aquisitivo, as dificuldades são tantas vezes intransponíveis, a se constituírem num sério obstáculo à Justiça.

Pelas razões aqui apresentadas, que esse Tribunal analise com especial e merecida atenção o presente pleito, vindo certamente a contemplar uma antiga e justa luta da laboriosa e hospitaleira comunidade de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 17.06.91.

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 1461

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente endereçado ao Presidente do Tribunal de Justiça, sugerindo à criação da Comarca de Inácio Martins.

Inácio Martins adquiriu a sua autonomia político-administrativa em 1960. No entretanto, a ocupação daquela região ocorreu há muito tempo antes, cujo processo de colonização superou inúmeras dificuldades, tendo em vista às naturais adversidades decorrentes do desbravamento.

Barreiras foram transpostas e um vertiginoso progresso vem paulatina e ininterruptamente ocorrendo, notadamente calcado no beneficiamento da madeira, no cultivo da erva-mate e nas últimas décadas por uma diversificada agropecuária, privilegiada pelas excelentes condições de solo e favorecida pelas condições climáticas.

Curitiba, segunda, em 17.06.91

Com uma população estimada atualmente em quinze mil habitantes, fora de qualquer dúvida, são muitas as conquistas concretizadas graças à tenacidade e a profunda dedicação do seu povo.

Porém, mesmo diante de inúmeros avanços, há a real necessidade de novos benefícios, compatíveis com às aspirações do Município.

Neste sentido, no bojo de tais preocupações, se ressalta à criação e instalação de uma Comarca.

Nos dias de hoje, pertencente à Irati, o deslocamento diário, perfazendo 55 quilômetros, dos quais 30 de leito natural, representam um enorme transtorno para os que estão mais diretamente envolvidos com a questão do Judiciário.

Ademais, as pessoas de menor poder aquisitivo que precisam do Fórum, simplesmente apelam para o Poder Público local, no sentido de obterem transporte àquela longa distância.

Seguramente, a criação da Comarca de Inácio Martins vem ao encontro dos mais elevados propósitos desse Poder, objetivamente tornar a Justiça ágil e descentralizada, o que pressupõe colocá-la mais próxima das suas comunidades.

Sala das Sessões, em 17.06.91.

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 1464

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem muito respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, REQUERER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, Roberto Requião, sugerindo a dispensa de pagamento das parcelas restantes aos usuários da SANEPAR que solicitaram ligação de esgoto e água antes da louvável redução das taxas determinadas pelo Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 17.06.91.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

O governo do Estado, recentemente, reduziu as taxas de ligação de água em 92% e as ligações de esgoto em 91%, medida esta visando garantir melhores condições à população no combate ao cólera.

Trata-se de medida das mais louváveis, posto que além do objetivo principal, em muito estará colaborando o acesso de tais serviços à população carente.

No entanto, estamos recebendo várias solicitações de pessoas que nos dias anteriores solicitaram o serviço e estão pagando o valor integral, mesmo de forma parcelada.

Assim, tratando-se na sua grande maioria de pessoas pobres o abastado não necessita parcelar - é de entender o bene-

Curitiba, segunda, em 17.06.91

fício aos mesmos de modo a assegurar-lhes direitos iguais aos que solicitaram o serviço após o dia quatro de junho último, data da vigência de redução das taxas.

REQUERIMENTO N° 1442

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de correspondência ao Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, objetivando apoio na implantação de estufas no assentamento existente na Municipalidade de Inácio Martins.

Em nome da responsável pelos Projetos, Aurea F. Butzge, existe atualmente sete Associações de Moradores, cada qual necessitando de uma estufa, a ser destinada ao cultivo de hortaliças, a fim de atender na parte de alimentação.

Apesar dos elevados esforços com o árduo trabalho, nem sempre tem sido possível, por parte daquelas famílias, a superação de todos os problemas, que são muitos.

Desta forma, através do seu competente e dedicado corpo técnico, que essa Pasta estude a viabilidade de atender ao presente pleito.

Sala das Sessões, em 17.06.91.

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 1446

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetida correspondência endereçada ao Tribunal de Justiça, no sentido da criação do Distrito Judiciário de Fernandes Pinheiro, pertencente à Municipalidade de Teixeira Soares.

Consubstanciado na iniciativa do Senhor Prefeito João Inácio Roos, é vital a criação do Distrito Judiciário, considerando que Fernandes Pinheiro fica distante quinze quilômetros da sede do Município, assim como o número de habitantes, atualmente estimado em cerca de 3500, em sua maioria a enfrentar verdadeiros transtornos, quando necessita de tais serviços cartorários.

Em face do exposto, espera-se no menor prazo de tempo possível, à concretização da aludida solicitação.

Sala das Sessões, em 17.06.91

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1449

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado

Pág. 11

ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, o seguinte,

PEDIDO DE INFORMAÇÕES:

I. Procede a informação de que nos últimos concursos públicos para Oficiais da Polícia Militar ter-se-iam sido recusadas as inscrições de ex-policiais?

Se procedente, por qual razão e com base em qual argumento legal?

II. Para os próximos concursos está previsto tal impedimento?

Sala das Sessões, em 17.06.91

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Inúmeros ex-oficiais da Polícia Militar nos têm procurado a fim de que reivindicamos a possibilidade de conclusão de oficiais à PM. No entanto, temos respondido com a determinação constitucional de preenchimento de tais vagas, exclusivamente, por concurso público.

Estranhamente, nos informaram de que nos últimos concursos realizados para a PM havia impedimento de inscrição para ex-oficiais, para o que não encontramos amparo constitucional ou legal. Entretanto, cabe à Secretaria de Segurança Pública a confirmação ou não da informação, bem como a respectiva justificativa.

Por outro lado, considerando a "crise" que atinge os quadros humanos da PM; com considerável número de baixas, há a necessidade inquestionável de admissão de novos oficiais, sempre através de concurso. E, nesse caso, gostaríamos também de saber se, na política de segurança da atual administração estadual já alguma determinação no sentido de (SIC) impedir inscrições de ex-oficiais.

Que do teor do presente seja dada ciência ao Senhor EDER RAMOS, morador à Rua Rvdo. Braz Hernandez, n° 100, casa 03, bairro Ahú, nesta Capital.

REQUERIMENTO N° 1452

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ao Senhor Governador do Estado, o seguinte,

PEDIDO DE INFORMAÇÕES:

I. Qual o fim dado aos bens móveis e utensílios que se encontravam no imóvel localizado à Rua Eça de Queiroz, 818, no bairro do Ahú, nesta Capital, para instalação da Secretaria Especial de Justiça e Cidadania?

II. Enviar relatório desses bens e utensílios com discriminação para data da compra, valor e carga patrimonial.

III. Qual o procedimento para registro, documentação e controle desses bens?

Sala das Sessões, em 17.06.91

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Antes de ter uma finalidade mais "util" e "coerente", o imóvel localizado à Rua Eça de Queiroz, n° 818, no bairro do Ahú, nesta Cidade, abrigava a residência oficial do Governador do Estado e, para isso estava instrumentalizada.

Hoje, porém, havendo servido para acomodar a Secretaria Especial de Justiça e Cidadania, teve de receber novos móveis - aliás, próprios para escritório até porque seria difícil imaginar uma Secretaria de Estado encarregada de garantir a "cidadania" dos paranaenses, mobiliada com mesas de massagem, cortinas de seda, consóles de mármore e lâmpadas de ouro do Brasil Colônia, arandelas com cristal da Bohemia, aparelho de som Energy Gradiante (com laser, amplificador, sintetizadores, deck auto-reverse e muitas caixas acústicas), cadeiras estilo Dom José I, camas de casal e solteiro em mogno e cerejeira, além de outras "coisas" do gênero.

Por outro lado, é preciso considerar que tais objetos foram comprados com dinheiro público e, por essa razão, devem os senhores parlamentares fiscalizar a finalidade que a eles é dada, razão em que encontram amparo para o presente requerimento.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 250/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Fundação Solidariedade", com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.06.91

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Solidariedade é sociedade civil, de direito privado, com finalidade filantrópica e assistencial, sem fins lucrativos.

Destina-se a assistir menores em situação de abandono e/ou orfandade de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos de idade em regime de internato ou semi-internato.

Enquanto lá permanecerem os menores serão encaminhados de forma a proporcionar-lhes um começo de vida o melhor possível.

Para formar a sua equipe de apoio conta a Fundação Solidariedade com coordenador operacional e assistente social.

Para atender os seus menores na área de saúde a Fundação firma convênios com clínicas e hospitais, que através de seus serviços, na maioria das vezes, sem ônus,

muito auxiliam a mesma em seu propósito.

E no tocante a educação, as crianças em idade escolar frequentam escola estadual próxima, assim que transferidos para a fundação.

Além do que, conta a Fundação com 5.000m² reservados especialmente para a agropecuária, com plantio de árvores e desenvolvimento de uma horta.

A propositura deste Projeto de Lei visa obedecer dispositivo contido em nossa Magna Carta, que cita em seu artigo 227, ser dever da sociedade conjuntamente com a do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Se assim agirmos, estaremos nos redimindo das omissões do passado, e salvando o futuro de nossa nação, espelhado nos semblantes de crianças e adolescentes felizes e saudáveis, exemplos vivos de um mundo melhor.

Pelo acima exposto e pela justiça do Plano de Lei em tela, esperamos contar com o nobre apoio dos ilustres Parlamentares desta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 251/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada como de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL URANO, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais, neste Estado.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.06.91

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Sociedade civil de direito, sem fins lucrativos, organizada exclusivamente para a prestação de serviços sócio-comunitários aos moradores do Conjunto Residencial Urano, localizado no Município de São José dos Pinhais, neste Estado, a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL URANO foi fundada em 13 de setembro de 1980.

Em mais de dez anos de atividades é necessário destacar as inúmeras conquistas à população local, resultantes da ação séria e combativa de tal entidade.

A Associação que se pretende declarar como de Utilidade Pública mantém uma creche, um centro social que desenvolve atividades recreativas, de lazer, culturais e esportivas aos moradores do Conjunto Urano.

Também é importante ressaltar o grande número de moradores do conjunto supramencionado, o que redobra a necessidade de manutenção de uma entidade representativa dos seus interesses e disposta ao encaminhamento de pleitos relativos à qualidade de vida da população residente.

Somos testemunhas desse trabalho, razão pela qual pedimos o reconhecimento da ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL URANO como de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 252/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica desmembrado do Município de Palmas, o Distrito de Iratim, com as divisas abaixo descritas:

"Saindo da Barra do Lageado Saltinho, descendo aproximadamente 16.250 (dezesesseis mil, duzentos e cinquenta) metros pela margem esquerda do Rio Iguaçu até alcançar a Barra do Rio Iratim, subindo por este, numa extensão de 32.400 (trinta e dois mil e quatrocentos) metros, até atingir a Barra do Lageado Escada, subindo por este, numa extensão de 13.100 (treze mil e cem) metros, até atingir a nascente do referido Lageado, partindo daí por uma linha seca pelo divisor das águas, numa extensão de 7.500 (sete mil e quinhentos) metros, até atingir a nascente do Lageado Saltinho, descendo por este, uma extensão de 7.600 (sete mil e seiscentos) metros, até atingir o Rio Iguaçu, ponto de partida."

Art. 2º - A área descrita no artigo anterior fica incorporada ao Município de Bituruna.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.06.91

(a) ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

Ref. Litígio de Terras de Bituruna com Palmas - PR.

Os moradores na área de terras que se encontra em litígio entre os Municípios de Bituruna e Palmas, ambas no Estado do Paraná, com o presente fazem algumas justificativas sobre o assunto.

a - na referida área existem 03 comunidades que estão em média a 30 Km. de Bituruna, dos quais 18 Km. são asfaltados e o restante em estrada de terra em boas condições haja vista que a sua conservação é praticamente feita somente pelo Município de Bituruna; por outro lado, partindo das referidas comunidades para chegar até o Município (Cidade) de Palmas, a distância é de 90 Km., sendo somente estradas de terra e em precárias condições de conservação.

b - As três principais comunidades que estão na área são: Madeireira Rochemback (Fazenda do Tigre); IMASA INDUSTRIAL S/A (Viderense) e Serraria Bigua (Pormade ou Bordin); em cada comunidade vivem aproximadamente 200 pessoas (crianças e adultos).

c - Essas comunidades são constituídas de famílias que residem há muito tempo no local e trabalham na extração de madeira, erva-mate e carvão; tudo o que é produzido nessas comunidades é transportado para o Município de Bituruna.

d - Os moradores das comunidades acima mencionados bem como os demais moradores da área que residem em Fazendas e Sítios; todos são atendidos em seus problemas de saúde na cidade de Bituruna; os moradores dessas localidades também usam o comércio de Bituruna para fazer suas compras de roupas, alimentos e outros produtos.

e - As estradas vicinais que cobrem a área são praticamente todas conservadas pelo Município de Bituruna; existem escolas na área que são mantidas pelo Município de Bituruna.

f - Outro fator que deve ser levado em conta, prende-se ao fato que os moradores na área para se deslocarem até Palmas, tem somente uma opção, pois existe somente uma ponte sobre o Rio Iratim; sendo que não há outro local para passagem no referido rio.

g - Para os moradores da área virem para Bituruna, são praticamente de 12 a 15 Km. de estrada de terra; sendo que os mesmos vem até a P.R.-170 (asfalto de Bituruna) onde existem linhas de ônibus Interestadual indo para Pinhão, Guarapuava, Bituruna e União da Vitória.

h - Salientamos que uma grande maioria dos imóveis que estão situados na área já se encontram cadastrados do INCRA, no Município de Bituruna; sendo que também diversas áreas já se encontram devidamente registradas no Registro do Imóveis de União da Vitória, Comarca para qual Bituruna pertence.

Bituruna, 11.06.91

JOÃO VITÓRIO NHOATTO

Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº 253/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a transferir para a alçada do Estado, a estrada ligando os municípios de IRATI e INÁCIO MARTINS, passando pelas comunidades de Cerro do Leão, Gonçalves Júnior, Cerro da Ponte Alta, Cadeado e Itaparã;

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.06.91

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

São 65 quilômetros, numa extensão constituída de uma série de obstáculos naturais, de difícil conservação e conseqüentemente precário acesso. Ao longo desse trecho, vivem centenas de pessoas, distribuídas em várias comunidades e distritos, cuja atividade econômica é a agricultura, tantas vezes a perecer pela ausência de estrada em condições de escoar os produtos lá obtidos, a custa de muitos esforços, injustamente atingidos pela falta de uma infra-estrutura rodoviária adequada.

Ademais, é importante ressaltar, conforme a documentação em apenso, que o Poder Público iratiense, como informa o Senhor Prefeito Alfredo Van Der Neut, não tem podido arcar com pesados investimentos na manutenção daquele longo trecho. Tanto é assim, que o então Governador Álvaro Dias e o DER, reconhecendo a real necessidade e o caráter da questão, exararam pareceres favoráveis, reconhecendo o apelo feito à época, envolvendo diretamente dois importantes municípios, parcelas preponderantes no processo desenvolvimentista do Paraná, a merecerem a legítima atenção do Poder Público Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 254/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche "Helena Fregadolli Dias", com sede no Município de Paçandu, Distrito de Água Boa, e com foro na cidade de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrário.

Sala das Sessões, em 17.06.91

(a) NILTON CÉZAR

Apoio: Plauto Miró Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

A Creche "Helena Fregadolli Dias", situada à Rua Bom Sucesso, 390, no Distrito de Água Boa, Município de Paçandu, é uma entidade sem fins lucrativos, devidamente registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, de Maringá, com foro na cidade de Maringá.

"Nenhum dos membros de sua Diretoria percebe remuneração ou vantagens de qualquer espécie ou origem, pelo exercício dos cargos ou atividades a favor da Creche". (Art. 11 dos Estatutos da Creche).

A Creche "Helena Fregadolli Dias" tem por finalidade:

- a) receber, durante o dia, filhos cujas mães precisam trabalhar fora do lar;
- b) a entidade atenderá gratuitamente 80% (oitenta por cento) das crianças nela

Curitiba, segunda, em 17.06.91

matriculadas, e os restantes 20% (vinte por cento) serão fixados pela Diretoria a títulos de mensalidades a serem pagas, com finalidade de uma cooperação de alguns o atendimento daqueles que não podem custear sua mensalidade;

c) dar condições de pleno desenvolvimento às crianças matriculadas na CRECHE HELENA FREGADOLLI DIAS, em ambiente tranquilo, prestando-lhes assistência alimentar, médica e educacional;

d) a prática da caridade cristã, pela manutenção de alimentos, roupas e medicamentos às crianças carentes de recursos, atendendo-as socialmente para uma vida mais digna, no sentido de sua promoção, por uma instrução fundamental, a par de sólida educação cívica moral e religiosa". (Art. 2º dos Estatutos da entidade)

Estas são as principais razões pelas quais apresento o presente Projeto de Lei, juntando a documentação necessária para sua tramitação e posterior aprovação.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A Mesa defere e fará a verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu requero chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A Mesa defere e solicita do Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Responderam a chamada vinte e três Senhores Deputados. Há quórum para votação da Ata. Em votação. Aprovada.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador, Sr. Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Os jornais deste final de semana têm trazido algumas notas interessantes, sendo uma delas publicada no jornal "Curitiba Hoje", que diz o seguinte: "O resultado da atitude dos professores da Universidade Estadual de Londrina começa a revelar os seus efeitos perversos justamente sobre as camadas mais carentes da população". "O desabafo em tom indignado foi feito pelo Deputado Renato Adur ao tomar conhecimento

do estado de precariedade do Hospital Universitário, onde a verba destinada ao atendimento de indigentes foi bloqueada pelas indústrias das ações trabalhistas montada naquela Universidade".

"Essa indústria, que já produziu 6 bilhões em indenizações trabalhistas, só na UEL é apontada pelo Deputado como responsável direta pelo caos e já ameaça o Hospital Universitário".

Eu acredito que o Deputado Adur ficou durante 4 anos aqui na Assembléia Legislativa com os olhos e ouvidos tapados, não prestando atenção ao que fazia a Administração Pública, ou o que fazia o Governador Álvaro Dias para o Estado do Paraná.

Foi um dos Governadores mais nocivos. A sua obra era instalar "out doors" e propaganda nos meios de comunicação, e tudo que dizia respeito nessas propagandas, na sua grande maioria, era mentira do Sr. Governador, tanto é que me parece que ninguém tem saudades dele e as finanças públicas se encontram no caos onde está.

A Universidade Pública Estadual está totalmente destruída pela Administração anterior. O Governador Álvaro Dias não cumpria absolutamente o que estabelecia e, portanto, o que hoje é julgado e ganho na justiça pelos trabalhadores são de pleno direito desses trabalhadores.

O caos em que se encontram as Universidades e todos os hospitais é de responsabilidade do Sr. Governador. E isso não é só nas Universidades Estaduais: basta ver o que restou do sistema de saúde do Estado do Paraná, bastam ver as falcaturas cometidas na área de saúde, que só nesta Casa de Leis foram motivos de três CPI's, fora muitas outras que poderiam ser pedidas, como é a questão das irregularidades do Hospital Geral de Cascavel.

O Governador Álvaro Dias é o inteiro responsável por esta situação, de todas as fundações, não somente as fundações de educação e de ensino superior, mas também das demais fundações. Em todo o momento o Governador prometia e não cumpria, ou não cumpria o estabelecido por lei. Foi assim no caso da EMATER, cujos companheiros estão novamente aqui acompanhando os trabalhos desta sessão, foi no caso do IAPAR, do IPARDES e todas as demais fundações que Álvaro Dias jogou firme e proposital na destruição dessas instituições.

Eu acredito que infelizmente o Deputado Renato Adur, ou qualquer outro, que tenha que defender Álvaro Dias vai tentar defender o indefensável porque está a olhos vistos o que foi sucateado do patrimônio público do Estado do Paraná.

É o que nós do PT tememos é que venha a ocorrer a mesma coisa com a Administração Roberto Requião. No início de mandato do atual Governador estava marcada uma sé-

rie de negociações com os servidores públicos, e Requião nunca compareceu a essas negociações, seja com os trabalhadores das Universidades, seja com as demais fundações IAPAR e IPARDES. E queremos lembrar aqui, Srs. Deputados, que no caso do IAPAR...

(esgota-se o horário)

Sr. Presidente, requeiro o Horário da Liderança do Partido dos Trabalhadores.

(é aceito)

No caso do IAPAR o que nós notamos foi a má-fé do atual Governador. Lá presente naquela Fundação uma comissão de Deputados acordou com os trabalhadores do IAPAR que, se não fizessem greve, haveria negociação. Já se passaram mais de 2 meses e o Governador não negociou absolutamente nada e deu o mesmo tratamento que deu aos demais setores que ele disse que não negociaria porque estava em greve, ou seja, qual é o tratamento? Desrespeito aos trabalhadores, achatando os salários, não recebendo ninguém para negociar. É essa a política do Governador Roberto Requião. E hoje os trabalhadores do IAPAR entraram em greve, uma greve que, no nosso entender, é legal, uma vez que foram enrolados até agora, a data base daquela categoria também já ficou para trás, como já ficou a da EMATER e a das fundações de educação, e Roberto Requião não se dispõe a negociar, a recebê-los.

Portanto, nós, do Partido dos Trabalhadores, aqui desta tribuna cobramos do Governador uma política correta e uma política coerente, e que ele seja coerente consigo próprio, colocando em prática aquilo que prometia nos palanques na época de campanha porque senão Requião, que dizia que era diferente dos demais, vai provar para nós, trabalhadores, que todos os políticos da burguesia em relação à classe trabalhadora têm a mesma postura: a de massacrar e a de oprimir. E isto não tem sido diferente em nenhum momento na política de oprimir. E isto não tem sido diferente em nenhum momento na política estadual e na política federal em nosso País!

Nós queremos também, aqui, no tempo que nos resta, fazer uma colocação a respeito da greve das Universidades Públicas Federais.

Muito se tem criticado estas universidades e geralmente a crítica tem dois objetivos: 1º, um certo setor da sociedade quer tornar estas universidades eficientes; 2º, o outro setor quer desacreditá-las para privatizá-las, ou simplesmente destruí-las. Nós trabalhadores e nós do PT defendemos o objetivo primeiro: tornar estas universidades eficientes, o que significa para nós atender também aos filhos deste País, que são os explorados, que não têm acesso à escola, que não têm o pão e nem a água de qualidade, e não têm, por-

tanto, a educação.

Nós do PT queremos a universidade eficiente para atender este setor da sociedade. A burguesia brasileira que sempre mandou no País, uma burguesia atrasada, como dizia o companheiro Lula, durante a campanha, que ela é tão atrasada que não chegou ainda aos pés daquela burguesia que fez a Revolução Francesa. Esta burguesia critica a Universidade com o objetivo de desacreditá-la, desmoralizá-la, para poder privatizá-la, ou destruir porque seus filhos, os filhos da burguesia, frequentarão outras universidades.

Todos os erros que tem a universidade, são frutos da má administração de seus governantes, todos eles, até hoje, a serviço desta burguesia!

Nós, trabalhadores, não temos culpa neste caos. Se Requião e Collor querem destruir as universidades com suas propostas de projetos e de liquidações, nós nos colocaremos ao lado dela.

Nós queremos dizer o porquê apoiamos a greve dos professores e trabalhadores das Universidades federais, várias tentativas de negociação foram feitas pelo sindicato. A perda salarial daquela categoria foi de mais de 640%. Hoje um professor, início de carreira na Universidade, por 20 horas semanais, percebe um salário de 57.000,00. Reivindicam estes professores não a reposição total das perdas e sim a reposição de 366%. Reivindicam estes trabalhadores das Universidades concurso para contratação de novos profissionais, há vagas e há necessidade. Reivindicam a incorporação aos vencimentos das perdas salariais decorrentes dos planos econômicos, perdas estas que os empresários já tiveram antecipadamente, inclusive os empresários do setor da educação privada. E reivindicam os trabalhadores das Universidades públicas federais, assim como reivindicam os trabalhadores das fundações estaduais, uma proposta de política salarial por parte do Governo. E nem um dos dois, nem Collor, nem Requião, têm feito esta política. E é por isso que provavelmente nos últimos dias, os dois têm andado de mãos dadas e abraçados, namorando, porque a política dos dois é a mesma, é a de massacrar e explorar a classe trabalhadora!

O Sr. Ernani Pudell - V.Exa. Concede um aparte?

(Assentimento).

Agradeço o aparte e acredito que é um momento oportuno em que o nobre Deputado Rosinha toca na questão da Universidade Federal, de nós cobrarmos do líder do Governo, Deputado Orlando Pessuti uma resposta e uma satisfação sobre a invasão de policiais no DCE da Universidade Federal do Paraná. Nós quando levantamos aqui e

Curitiba, segunda, em 17.06.91

denunciamos aquela atitude o nobre líder do Governo disse que o Governo do Estado havia determinado abertura de uma sindicância. Nós queremos saber os resultados, o que ocorreu, se alguém foi ferido, o que houve efetivamente. Acho que o momento é oportuno.

E gostaria também de salientar, Deputado Rosinha, esta discussão que hoje ocorre sobre a indústria da reclamação trabalhista. Para nós está claro que o Governo Roberto Requião não tem condições políticas e morais de dizer a verdade! Dizer a verdade é responsabilizar o Governador Álvaro Dias pelo caos da Educação. As ações trabalhistas são responsabilidade do Governador Álvaro Dias. É importante lembrar aqui o pronunciamento do Procurador do Estado, que disse o seguinte: "que se existe uma ação trabalhista é porque existe um direito trabalhista lesado e negado". O Estado foi citado e teve no contraditório o direito e a possibilidade de se defender. E o Juiz de Direito, o Juiz da Justiça do Trabalho, que deu a sentença, fez basear na ação e na defesa com as provas que tinha em mãos ele julgou e reconheceu um direito.

Então, nós estamos aqui perante um direito dos trabalhadores, e o Governador Roberto Requião por certo não pode denunciar a opinião pública, a verdadeira causa dessas ações trabalhistas, porque aí terá que atacar frontalmente o seu antecessor; e mais do que isso, é importante lembrar também que até o presente momento nós não tivemos uma resposta satisfatória sobre a intenção de dar um calote nas dívidas trabalhistas dos empregados através da autarquização. É fundamental que o Governo do Estado ao mesmo momento em que envie uma Mensagem propondo a autarquização das fundações do Estado, ele envie também uma Mensagem determinado o pagamento atualizado dos débitos trabalhistas quando do pagamento através do precatório requisitório, aí sim nós poderemos analisar essa questão como ela deve ser, até então, infelizmente fica sob suspeita as atitudes do ilustre Governador.

Obrigado.

O SENHOR DR. ROSINHA - Nós queremos que o Procurador da Justiça vá isentamente até o fundo dessas dívidas trabalhistas, porque nós temos certeza que o incriminado será o senhor Governador Álvaro Dias por não cumprir a lei. E a respeito da Polícia Civil, que invadiu a Universidade Federal do Paraná, está nos devendo realmente ainda a resposta o Governador Álvaro Dias, e podemos aqui lembrar que durante a ditadura, nem mesmo o Exército ou a Polícia Federal invadiu as Universidades. E como disse o ex-Reitor Riad Salamuni, a Polícia

Federal só entrou na Universidade após fazer vestibular, a de Requião entrou de facção e cacete na mão.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - A Mesa registra com satisfação a presença do Vereador Claudimar Milani, de Santo Antônio do Sudoeste.

Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na semana passada nós fizemos um pronunciamento aqui a respeito do BRDE.

E hoje voltamos a tocar no assunto, uma vez que me parece que prevaleceu o bom senso na última reunião do CODESUL.

Reza a Constituição Federal:

(Lê): "Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, serão depositados em suas instituições regionais de crédito e por elas aplicados". Art. 192, § 2°.

Sinto, às vezes, que sou repetitivo ao mencionar o texto constitucional, mas não posso deixar de manifestar minha satisfação pela feliz decisão tomada ontem pelo CODESUL, presidido pelo Governador Alceu Collares no Palácio Iguaçu. O que esperávamos, acabou acontecendo: O bom senso superou diferenças e aquele Conselho decidiu: Vamos buscar a federalização do BRDE. Para isso, já foi formalizado, junto ao Banco Central, o pedido de prorrogação do período de Administração Especial, até 13/03/92. Serão mais 9 meses de espera, mas com uma diferença fundamental em relação ao período anterior: agora existe um objetivo bem definido a ser alcançado, qual seja a participação da União na nossa Instituição Regional de Fomento.

A idéia da federalização do BRDE vem medrando já há algum tempo nos meios políticos. O que se busca realmente com ela? Isonomia de tratamento entre regiões, fortalecer a Região Sul e conseguir que riquezas aqui geradas aqui produzam seus efeitos.

Todos sabemos que às Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste estão destinados recursos para serem aplicados por seus bancos regionais. Além disso o Artigo 192, § 2°, mencionado acima, é bem claro ao falar em "projetos regionais" e "instituições regionais". Que fará o Sul, se for privado de um Banco Regional? Ficará mais uma vez marginalizado. Por outro lado, a união em torno de uma instituição, que transcende os limites de cada Estado individualmente, fortalece a todos e nos insere no contexto do momento histórico que vivemos, quando todos buscam unir-se para melhor resolver os problemas. Cabe lembrar

ainda que um banco forte e regional terá, com certeza, maior competência para brigar pelos interesses nossos, brigar para que os recursos não sejam simplesmente desviados daqui como vem acontecendo desde que o BRDE deixou de operar. É preciso que as riquezas aqui produzidas melhorem as condições de vida de quem as gerou. Aquilo que for criado aqui no Paraná aqui seja também destinado.

Por tudo isto, não podemos deixar de aprovar com entusiasmo a decisão dos Governadores do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul em procurarem uma solução para o BRDE, agora já com um propósito bem definido.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Se ao cabo dos nove meses não for alcançado o objetivo, não poderá ser imputada toda a culpa ao Executivo. A nós também cabe a boa parcela de participação nesse projeto. É hora de esquecer as diferenças pessoais e políticas, pois está em jogo o interesse do Paraná e seu grande objetivo futuro: a industrialização. Vamos trabalhar para que nosso Estado volte a ter operando essa Instituição que tanto significou até aqui para a nossa economia. Vamos lutar para que o BRDE volte o mais breve possível a fazer aquilo para que ele existe.

Os Executivos dos três estados definiram o objetivo, o Governo Federal já aceitou com simpatia pela proposta; então é trabalhar para lapidá-la e implementá-la.

Finalmente, cabe uma pergunta: E se não se efetivar a federalização? Neste caso, haverá a cisão do BRDE, o que, sem dúvida, representará o seu fim. E a Região, como ficará? Continuará marginalizada e discriminada. E o que é pior: Por exclusiva culpa nossa. Não vamos deixar que as coisas aconteçam assim. Pelo contrário, vamos andar a cavaleiro dos fatos e fazer com que eles obedeçam às nossas injunções. Desta forma, a página deste período legislativo terá as cores e os contornos que nós lhe definirmos".

Por isto convocamos todos, para que possamos achar uma saída; para que possamos contribuir para que a princípio se faça a federalização do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Caso contrário, precisamos encontrar uma outra saída para evitar que o banco venha a desaparecer. Assim é que se faz a história, o resto nós precisamos evitar que venha acontecer.

Fica aqui a parcela de contribuição deste Legislativo, nós que já participamos de reuniões em Florianópolis, já que fomos a Brasília tratar de perto do problema do BRDE, nós que fizemos uma Comissão nesta Casa que infelizmente teve o relatório votado contrário por este Plenário, nós que

vimos o BADEP em situação agora também complicada, sem uma definição, acabamos então tendo essa situação com o BRDE, há uma chance, a federalização, basta que haja o bom senso como aconteceu na última reunião do CODESUL, vamos aguardar, e esta Casa, repito mais uma vez, não pode ficar à margem desta luta, à margem deste processo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Com a palavra o Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

(Lê): "O Paraná é um Estado com muitas prioridades, dentro de um contexto de ação governamental.

Eu mesmo tenho usado esta tribuna externando minha preocupação com os problemas do porto de Paranaguá, especialmente quanto a ser acesso marítimo, necessitado que está de maior atenção das autoridades responsáveis...

Entretanto, a construção da ferrovia conhecida como Ferroeste, ligando Guaraçuva a Cascavel no Centroeste do Paraná, indo até Guaíra, parece-nos ser a mais prioritária das obras aos olhos do Poder Executivo, através da Secretaria dos Transportes.

Sabemos que a idéia básica que norteou o projeto da construção da Ferroeste, nasceu da necessidade da ampliação e modernização dos meios de transporte da safra agrícola do Estado do Paraná e de outros estados.

Mais do que isso, o projeto adotou como premissa para sua viabilização, o fato incontestável de que com a Ferroeste, os produtores acabariam se beneficiando pela redução dos custos de transporte e agilização no escoamento da produção, especialmente do Complexo-Soja, circunstância que incrementaria a presença de novos investidores no Paraná.

Ora, se o nosso Estado, pelas condições favoráveis do transporte oferecido, associado às demais condições de infra-estrutura, aumentar suas áreas agricultáveis e diminuir os custos operacionais, fatalmente aumentará as condições do porto de Paranaguá competir com o porto de Santos, não apenas em função das tarifas (que já são mais atraentes), mas também, em volume de cargas...

Essas colocações eu as faço, no sentido de buscar a união de esforços entre políticos, produtores e governos... sem esquecer da imprensa, cujo papel é imprescindível.

Não importa em que município a imprensa atue, importa que ela seja partici-

Curitiba, segunda, em 17.06.91

pativa, engajada e acima de tudo... responsável.

Não nos esqueçamos que foi pela palavra escrita, reproduzida pela imprensa, que foi possível ao Paraná habilitar-se a receber os milhões de cruzeiros devidos por Itaipu-Binacional, pela cobrança de royalties. Esta Casa, vai fazer a sua parte nessa luta.

Desde meus tempos de estudante universitário jamais deixei de associar à democracia desejada, a presença do Parlamento e da imprensa. Eles desempenham o mesmo papel. São duas instituições que não se ajoelham e, por isso, caminham juntas na perseguição dos objetivos, quando tais objetivos são o bem do povo.

Se proclamo essa união e a desejo, no momento em que o Paraná se volta para a construção da Ferroeste, é porque só essa união poderá levar à eliminação do gargalo ferroviário que é hoje a ferrovia Paranaguá-Curitiba. Por isso, sem me afastar daqueles que propugnam a construção da Ferroeste, peço pela duplicação ou pelo novo traçado Curitiba-Paranaguá.

A construção dessa segunda via na Serra do Mar, que faça chegar ao porto os excedentes agrícolas paranaenses, e de outros estados, continua sendo um sonho, que se insere ao sonho da Ferroeste... Até porque, a Ferroeste sem a duplicação agora solicitada, terá servido para muito pouco...

O atual traçado, balizado a parâmetros de ordem técnica (rampas, túneis, curvas, plataformas, encostas perigosas) limitam o tráfego de cargas pela ferrovia a um total de cinco milhões de toneladas, por ano, nos dois sentidos, não oferece condições de atendimento ao constante aumento da produção que escoar pelo porto de Paranaguá.

Já na década de 70, face a dificuldades no escoamento das safras agrícolas, o Geipot dizia ser importante algumas melhorias no traçado existente e recomendava estudos de uma nova ligação de forma a iniciar a obra em 1981/82 e com término previsto para 1986.

O traçado preconizado naquela época e iniciado nas pontas (Curitiba-Paranaguá e Paranaguá-Curitiba) com rampla de 1,5% permitiria um acréscimo próximo de dez milhões de toneladas à capacidade atual.

Bem... o novo traçado não aconteceu...

Hoje, segundo informações da Regional Curitiba da Rede Ferroviária Federal, até o final deste ano devem descer cem mil vagões para o porto de Paranaguá, com a formação de quatorze trens diários com trinta e sete vagões cada um.

Isso poderá ser otimizado se forem utilizados os recursos do computador, que abrirão e fecharão as linhas e se a Rede

adquirir novas locomotivas que aumentem a tração. Tudo isso, entendo, é paliativo. Não vai resolver o problema.

Outros números do próprio Governo do Estado reforçam a importância do Complexo-Soja para o Paraná; em termos de arrecadação de ICMS, no ano passado, com 25,7% entre os produtos primários.

Para aumentar ainda mais esse desempenho, que sabemos ser um desafio que estimulará o trabalhador paranaense, inclusive o grande produtor, a Ferroeste é um grande projeto que deve sair do papel. Mas... embora sejamos favoráveis à sua construção, temos consciência de que a duplicação que propomos é tão importante, quanto a realização da primeira obra".

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Deputado Toti Colaço com a palavra.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados, Senhores presentes.

O que me traz nesta tarde fazer uso desta tribuna é fazer um pequeno comentário para dar encaminhamento a dois requerimentos, e, trata-se do Poder Judiciário. Comenta-se muitas vezes, que a justiça é lenta, é demorada, é morosa, se arrastam processos por longos e longos anos nos tribunais deste País.

Mas, o que mais me preocupa é que temos comunidades inteiras que nem sequer possuem o direito de, dentro do seu Município pleitear um direito seu, porque lá não existe o Poder Judiciário. E lamentavelmente, na minha região, na microrregião 17, a qual eu represento, nós temos um Município que fora criado, instalado, já tinha a sua autonomia administrativa há mais de 70 anos, e até hoje o Poder Judiciário lá não foi implantado.

Então, vejam Senhores Deputados, meus prezados colegas, setenta anos da instalação de Município, especificamente do Município de Inácio Martins, e lá ainda nem sequer o Poder Judiciário foi instalado.

O Município de Rio Azul não fica muito distante; mais de trinta anos que existe o município; está lá a sua competência política, o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, distante.

Parece-me que estamos vivendo, hoje, em um tempo de mudanças e eu gostaria de receber o apoio desta Casa de Leis e, notadamente, da Mesa Executiva que dirige os destinos desta Casa para que pudesse interceder junto ao Poder Judiciário, principalmente agora que está se procedendo uma reforma judiciária, onde esses dois municípios, principalmente o de Inácio Martins, possam ter as suas comarcas.

O município de Inácio Martins pertence

à Comarca de Irati, em uma distância de mais de 55 quilômetros, trinta deles ainda percorridos em cima de estradas de chão batido, de cascalho. Temos naquele município, talvez, um dos quadros mais tristes porque é um município carente e onde a Justiça precisa ali se instalar, principalmente na defesa e nos interesses dos pequenos daquela comunidade.

Já advoguei muitas vezes em Irati e atendi dezenas de casos de Inácio Martins. Vejo com tristeza o sofrimento daquela comunidade, o quanto depende de ir em busca de um direito seu.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu vou fazer a leitura de um dos requerimentos e espero que sejam aprovados nesta Casa; peço que todos os senhores possam nos auxiliar, principalmente na instalação dessas duas comarcas nos Municípios de Inácio Martins e Rio Azul.

(O requerimento tomou o número 1461, e encontra-se publicado no Expediente).

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

O outro requerimento é de igual teor e no mesmo sentido, no que reza e diz respeito ao Município de Rio Azul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Com a palavra o Sr. Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há poucos dias assistimos aqui a manifestações na Universidade Estadual de Londrina, das demais universidades estaduais do Paraná e de algumas faculdades, pedindo para que fossem ouvidas, para que fossem atendidas e fazendo inclusive um fórum de discussão nesta Casa.

Infelizmente por decisão do douto Plenário o mesmo foi rejeitado, lamentavelmente. E aquela mesma universidade ouvia do Governo que em greve ele não negociaria. Essa mesma universidade retornou ao trabalho e também não houve negociação.

Então, caracteriza-se de fato que o governo que aí está não negocia nem sem greve e nem com greve. Lamentavelmente nós acreditamos até que talvez esse preceito constitucional do direito de greve deve estar sendo abolido unilateralmente pelos governos que se instalam neste País, porque desconhecem, quando no Parlamento conhece o direito de manifestação do trabalhador. Quando no Poder Executivo, no órgão de decisões, simplesmente vira as costas e acha que é abuso, que é greve política, e aquele velho chavão, aquele velho filme de sempre. Lamentavelmente nós estamos assistindo a tudo isto. Estamos também assistindo hoje, lamentavelmente para a sociedade brasileira à greve da Universi-

dade Federal também. Por quê?

Porque o mesmo governo que se instala no Poder e que há poucos dias, recentemente, teve divulgada pela imprensa o desfalque de mais de um trilhão de cruzeiros nas contas da União, este mesmo Governo não se dispõe a negociar, a ouvir os trabalhadores, e nós temos certeza de que o que eles estão pedindo não chega sequer à metade, a um terço do que se desvia e a imprensa divulga a nível de Governo Federal.

Nós estivemos nesta semana, fomos ouvir o pessoal da EMATER. Estivemos lá assistindo às reivindicações dos companheiros trabalhadores da EMATER. Aqui se fala uma linguagem só, se demonstra uma preocupação incrível em relação à agricultura, mas se esquece que para se ter uma agricultura forte e pujante, uma agricultura que represente de fato este Estado agrícola que é o Paraná, por trás deste trabalho existem técnicos, existem homens, existem famílias que precisam sobreviver e esses companheiros, lá nos apresentaram as suas reivindicações, que nada mais são do que o direito ao reconhecimento, do direito de vida, do direito de sobrevivência. Ganhando, companheiros motoristas da EMATER, 27 mil cruzeiros, ganhando engenheiros da EMATER 70 mil cruzeiros, nós acreditamos que não é com a lei da imposição, não é com a postura de condenar a greve que nós vamos resolver o problema da agricultura do Paraná.

Nós temos a certeza que este problema será resolvido no momento em que não se precise de greve, mas que se tenha governos voltados para os anseios da classe trabalhadora, respeitando-se e convidando-os para que não cheguem a este momento e depois venha a se colocar na posição de que em greve não negociamos, de que em greve não queremos conversa com o trabalhador.

Há poucos dias eu voltava a repetir e repetirei sempre: o governo do Paraná criou uma comissão de negociação...

(Esgota-se o horário)

Sr. Presidente, requeiro o Horário do Partido.

(É aceito).

... uma câmara de negociação, mas pelo desenrolar dos fatos, pela manifestação do ITCF, pela manifestação da Emater, pela manifestação de outras entidades de servidores públicos deste Estado, eu acho que está na hora também de começarmos a mudar o nome desta câmara de negociação: é uma câmara de enrolação, de enganação, porque, se fosse de fato uma câmara de negociação, uma câmara para achar o verdadeiro caminho para a solução da greve, obviamente esses trabalhadores dos diferentes segmentos estariam sendo atendidos, estariam sendo ouvidos e não precisariam recorrer a esse

Curitiba, segunda, em 17.06.91

instrumento que foi conquistado pelo trabalhador, não foi conquistado pelo governo, não foi conquistado pelo empresário; foi conquistado pela organização da classe trabalhadora.

E, lamentavelmente, quando esses companheiros têm que recorrer ao recurso ganho pela sua força, pela sua organização, nós ouvimos manifestações das mais lamentáveis possíveis dizendo que o caminho não é a greve, que o caminho é a negociação, que o caminho é o diálogo, mas o diálogo que não compete ao trabalhador abrir, mas compete ao patrão chamá-lo para a mesa de negociação.

O povo brasileiro, o povo paranaense, não pode continuar tendo prejuízos, porque o Governo se coloca numa posição de intocável, de soberano e que se esquece que aqui estão os trabalhadores que deram o voto para que ele chegasse a esse poder.

Aqui estão os trabalhadores que acreditaram numa renovação de governo, e o que nós queremos é que isto aconteça na realidade, que isto aconteça na prática, porque é uma vergonha como as coisas estão se encaminhando a nível de Paraná e a nível de Brasil: é o governo se colocando num pedestal e o trabalhador passando fome, passando necessidade, tendo de fato imposto por governo que não tem responsabilidade com a luta desses trabalhadores, que não procura saber o que é sobreviver com o salário-mínimo ou com o salário da maioria dos trabalhadores do serviço público do Paraná e com a maioria dos trabalhadores e com os seus salários a nível de Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, fica a pergunta: com todo esse impasse, com toda essa postura, quando o trabalhador se manifesta, não há o patrão. Então nós perguntamos: se para autarquizar há uma pressão tão grande para que lavem as mãos das responsabilidades a nível de Justiça, que tem sido correta, que tem julgado os direitos dos trabalhadores por que não se fazer essa mesma negociação, por que não se ter essa mesma posição do Judiciário, fazendo com que os trabalhadores não tenham necessidade de recorrer ao mesmo, mas tenham aqui com o seu patrão condições de negociação?

Então, nós lançamos aqui algumas perguntas: quem é o patrão? quem assume a responsabilidade nas transições de governo? as universidades paranaenses não têm patrão? Isso ficou constatado pelas suas manifestações, que não o têm, porque não se sabe com quem negociar.

A EMATER tem patrão? Pelo que nós ouvimos na manifestação dos companheiros, nem os seus colegas que lá estiveram se sensibilizaram com a situação em que se encontram aqueles companheiros. Quem é o patrão da EMATER? Se procura a direção da

casa, a direção não tem competência para negociar, se procura a câmara de negociação, a câmara de negociação não funciona.

Então, estamos assistindo a uma verdadeira enrolação. E fica a pergunta. Não devemos ter medo da greve; devemos encarar-la, devemos respeitá-la, devemos ir de fato à mesa de negociação, para achar o caminho, a solução, e eu creio que essa é uma responsabilidade, Srs. Deputados, de todos nós, em intercedermos nessa greve da EMATER, como tentamos fazer na greve das universidades e com certeza que se o governo quisesse de fato respeitar a sua própria lei aprovada nesta Casa, do reconhecimento da data base, no mês de junho, certamente não estaria havendo essas manifestações.

Fica a pergunta, Srs. Deputados: Com quem e a quem? Se a esta Casa não há competência para negociação, se no governo não há quem negocie, a quem devem os trabalhadores recorrer para achar o caminho, para achar a saída para esta solução?

Concedo aparte ao Deputado Ernani Pudell.

O Sr. Ernani Pudell - Agradeço o aparte, e quero, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, nos somarmos ao seu pronunciamento, o qual endossamos em sua totalidade.

Felizmente, nesta Casa existem pessoas lúcidas e que defendem os interesses da classe trabalhadora deste Estado, e acho que o que está acontecendo hoje no Paraná nos leva a refletir sobre a necessidade de introduzirmos na Constituição do Estado do Paraná, como um dos princípios da administração pública, o princípio da continuidade. O que não podemos mais aceitar é que os interesses do povo do Paraná sejam desrespeitados, sejam aviltados, afrontados por um governo que se mete a discutir as questões às quais ele não pode fugir da responsabilidade como é o caso de ela propor uma negociação com os servidores do nosso Estado.

Então, é importante que nós tomemos consciência da importância do princípio da continuidade, para que os serviços públicos do nosso Estado não sofram mais "solução de continuidade", em razão da incompetência e da irresponsabilidade dos seus governantes.

Obrigado.

O SR. PAULO MAIA - Agradeço a contribuição de Vossa Excelência, e encerro aqui, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edson Silva Lino.

(Declina)

Passa-se ao Horário das Lideranças. Com a palavra o Sr. Deputado Colombino Grassano.

(Declina)

Não havendo mais Srs. Deputados para usarem dos horários destinados à Liderança dos demais Partidos.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilton César Servo, com apoio do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Toti Colação, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo n° 3/91, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (Mensagem n° 32/91), autoriza o Sr. Governador do Estado ausentar-se do País por um prazo de cinco dias contados a partir de 19 de junho, com destino a Buenos Aires, Argentina, a fim de tratar de assuntos de interesse do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

PROJETO DE
DECRETO LEGISLATIVO N° 3/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, a afastar-se do País, por um prazo de 05 (cinco) dias contados a partir de 19 de junho do corrente ano, com destino a Buenos Aires, Argentina, a fim de tratar de assuntos de interesse do Estado.

Art. 2° - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Apoiamento: Rossoni, Plauto Miró Guimarães, Durval Amaral, Emília Belinati, Rafael Greca de Macedo, José Tavares, Ovídio Constantino, João Iensen e Mário Bezerra.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
MENSAGEM N° 32/91

P A R E C E R:

A presente Mensagem Governamental visa obter autorização para que o Sr. Governador se ausente do País por um prazo de cinco dias contados a partir do próximo dia 19, com destino à Capital da Argentina, a fim de tratar de assuntos de interesse do nosso Estado, conforme preceitua o artigo 54, inciso XI, da Constituição Estadual.

Assim sendo, obedecidos os trâmites constitucionais, é o nosso parecer favorável, na forma do Projeto de Decreto Legislativo em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimentos de n°s 1436 e 1458, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1442 a 1446 e 1460 e 1461, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1437, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1430 e 1431, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1435, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, com apoio do Senhor Deputado Heinz Herwig, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1439 e 1440, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1447, 1448, 1451 e 1454, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1450, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para

discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155 do Regimento Interno. Requerimento de n° 1449, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155 do Regimento Interno. Requerimento de n° 1452, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155 do Regimento Interno. Requerimentos de n°s 1455 a 1457, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1459, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1433, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. - Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155 do Regimento Interno.

Requerimentos de n°s 1432 e 1434, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1464, de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1438, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. - Em votação.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, fui eu quem solicitou o adiamento desta matéria da sessão anterior e ao fazer a leitura do requerimento, do voto de louvor ao Sr. Secretário da COHAPAR, Sr. Romanelli, não há nenhuma justificativa no requerimento que prova que tal Secretário mereça votos de louvores.

Quero deixar registrado o voto contra-

rio da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, conservem-se como estão.

Aprovado, contra o voto da Bancada do PT.

Requerimento de n° 1420, de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Paulo Maia, Ovídio Constantino e Florisvaldo Fier, constante do expediente de sessão anterior. - Arquite-se.

Requerimento de n° 1430, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. - Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, requerio verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aprovado.

Vai se fazer a verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Eu requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados para se proceder à verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

Responderam à chamada 26 Srs. Deputados. Não há quórum para votação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 143/91 e do Projeto de Lei n° 70/91.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 58/91.

Levanta-se a sessão.